

## CONSIDERAÇÕES E INDICATIVOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 26, 27 e 28 DE ABRIL DE 2023

Na última reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS), realizada no fim de março, foi aprovada, por ampla maioria, a retomada gradativa da mobilização, a partir de 1º de maio, caso não seja publicada a regulamentação do bônus de eficiência até dia 30 de abril. A proposta da Delegacia Sindical de Santos, subscrita por diversas outras DS, recebeu 63 votos favoráveis, cinco abstenções e cinco posicionamentos contrários.

No mês de abril, os Comandos Regionais de Mobilização de 9 das 10 Regiões Fiscais realizaram reuniões para preparar o reinício do movimento, etapa necessária para a análise do Comando Nacional de Mobilização, que se reuniu mais uma vez em 20 de abril último. Desta reunião, que contou com a participação de vários diretores da DEN, incluindo o presidente Isac Falcão, resultaram os indicativos da presente assembleia.

Conforme a deliberação do CDS – que deve ser ratificada nessa assembleia e é objeto do indicativo 1 –, os indicativos apontam para a retomada gradual do movimento e, neste primeiro momento, representam principalmente uma sinalização ao governo e à Administração da RFB de que os Auditores-Fiscais não aceitarão a procrastinação da regulamentação da Lei 13.464.

**Histórico** – Recordemos que, apesar de a categoria ter entrado em estado de mobilização por decisão da Assembleia Nacional de 17/03/2021, foi apenas na Assembleia Nacional de 23/12/2021 que se deliberou que a mobilização passaria a ter como pauta principal a regulamentação do bônus de eficiência. Já na Assembleia de 12/01/2022, essa pauta sofreu uma importante modificação e passou a ser o cumprimento dos termos do acordo remuneratório firmado com o governo em 2016. Ou seja, deixou-se claro que a pauta não era qualquer regulamentação do bônus, mas, nos termos das considerações daquela assembleia, uma regulamentação que garantisse um tratamento isonômico com a AGU.

Com a instalação dos Comandos de Mobilização, por deliberação da mesma assembleia de janeiro de 2022, o movimento ganhou força e se tornou um dos mais fortes já realizados pela categoria. Apesar da força da movimentação realizada em 2022, o governo anterior decidiu por não atender aos pleitos da categoria. O Ministro da Fazenda do atual governo, Fernando Haddad, mesmo antes da posse, afirmou publicamente que regulamentaria o bônus de eficiência, o que foi reafirmado pelo secretário da RFB, Robinson Barreirinhas, desde as primeiras reuniões com os representantes do sindicato.

Em 7 de março, o secretário convocou a diretoria do Sindifisco para reunião na qual informou que o decreto estaria pronto para a assinatura pelo presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. A notícia da iminente assinatura do decreto e dos principais elementos da minuta foi divulgada pelo sindicato após o vazamento de um áudio do secretário com conteúdo e trâmite do decreto.

No dia 9 de março, Barreirinhas declarou à diretoria do Sindifisco Nacional que, embora fosse necessário vencer algumas resistências, as quais ele não quis nomear, o compromisso do governo estava mantido. Em 11 de abril, reafirmou o mesmo e disse que toda a cúpula do Ministério da Fazenda, ciente da disposição dos Auditores-Fiscais de reiniciar o movimento, está trabalhando pela regulamentação do bônus de eficiência.

O Sindifisco, que tem cobrado apoio de parlamentares da base governista, em 13 de abril, levou a questão ao chefe de gabinete pessoal do Presidente da República, Marco Aurélio Ribeiro, que se comprometeu igualmente com a sua solução. Ao mesmo tempo, a Direção Nacional vem reiterando o pedido de reunião com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Apesar das renovadas confirmações do compromisso por parte dos interlocutores governistas, o entendimento da Direção Nacional, do Comando Nacional de Mobilização e da Mesa do CDS é o de que é preciso aumentar gradativamente a pressão sobre o governo, sendo esta Assembleia Nacional um passo importante nessa direção.

Indicativos - Embora continuemos em estado de mobilização, os Auditores-Fiscais decidiram, na Assembleia Nacional de 23/11/2022, suspender o movimento, o que significou deixar de praticar todos os atos aprovados pelas assembleias anteriores e as orientações constantes no caderno de mobilização.

A partir desta Assembleia Nacional, os Auditores-Fiscais deliberarão sobre o ritmo e as formas de reiniciar o movimento. Além das previstas nos indicativos, o CNM também discutiu na última reunião outras ações que não exigem deliberação da categoria, como o reinício das reuniões setoriais e de equipes de todo o Brasil. São atividades que deverão ser implementadas ao longo do mês de maio como forma de ir organizando e recrudescendo o movimento.

**Indicativos 1 e 2** - O indicativo 1 reproduz a proposta aprovada no último CDS e representa a disposição dos Auditores-Fiscais de reiniciar gradativamente as ações de mobilização. O indicativo 2 propõe a recomposição dos Comandos de Mobilização, pois, embora os mesmos não tenham sido desfeitos é preciso, após um ano de luta, fortalecê-los para melhor organizar as ações. Apesar de a instalação dos comandos ser uma decisão de Assembleia Nacional (AN de 12/01/2022), a sua composição, conforme disposição estatutária (art. 70, inciso I), é uma decisão que compete às Assembleias Gerais, ou seja, às assembleias convocadas pelas Delegacias Sindicais. Ressalte-se que são eleitos em assembleia apenas os componentes dos Comandos Locais, os quais, por escolha interna, poderão compor igualmente os Comandos Regionais e Nacional. Os colegas eleitos para os CLM em janeiro de 2022 não precisam ser agora reeleitos, pois se trata de um reforço nos comandos já existentes.

**Indicativo 3** – Se o indicativo 3 for aprovado, os Auditores-Fiscais deverão deixar de participar de reuniões de trabalho a partir de 22 de maio de 2023, caso o bônus de eficiência não seja regulamentado de forma satisfatória até essa data. A

deliberação engloba toda e qualquer reunião de trabalho e o CNM atualizará o caderno de mobilização para dirimir eventuais dúvidas que vierem a surgir.

**Indicativo 4** - Para esse indicativo, a proposta é estabelecer um cronograma para reuniões e organizar comitivas de Auditores-Fiscais por região para esses encontros presenciais. Além de cobrar apoio para a publicação do decreto, pretende-se levar clara mensagem da insatisfação que pode derivar em uma forte mobilização da categoria, como a realizada em 2022. Embora o indicativo permita uma margem de prazo para a realização das reuniões, uma vez que dependem de acordo com os Superintendentes, as mesmas devem ocorrer preferencialmente no dia 10 de maio.

As despesas para a realização das reuniões, deslocamentos e hospedagem caso necessário, serão custeadas pelo Fundo de Mobilização.

**Direção Nacional, CNM e Mesa do CDS encaminham favoravelmente à aprovação dos quatro indicativos.**

**INDICATIVOS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 26, 27 E 28 DE  
ABRIL DE 2023**

Favor encaminhar o resultado, por meio do Portal de Serviços.

DS: \_\_\_\_\_

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: \_\_\_\_ Aposentados: \_\_\_\_ TOTAL: \_\_\_\_

**Indicativo 1** – Os Auditores-Fiscais, reunidos em Assembleia Nacional, deliberam pela retomada da mobilização a partir de 1º de maio de 2023.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

**Indicativo 2** - As Delegacias Sindicais, considerando o art. 70, inciso I, do Estatuto do Sindifisco Nacional, devem convocar Assembleias Gerais, até 15 de maio de 2023, com o objetivo de recompor os Comandos Locais de Mobilização.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

**Indicativo 3** - Os Auditores-Fiscais devem deixar de participar de reuniões de trabalho a partir de 22 de maio de 2023.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

**Indicativo 4** - Os Comandos Regionais de Mobilização, em conjunto com as Delegacias Sindicais, devem organizar reuniões com os respectivos superintendentes da RFB, na semana de 08 a 12 de maio, com o objetivo de cobrar apoio e engajamento pela publicação do decreto de regulamentação do bônus de eficiência.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção